

**A AUSÊNCIA DA EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA NA ESCOLA
ESTADUAL ARMANDO DE SOUZA MENDES/ IPIXUNA-AM**

*Elizabeth da Rocha Rodrigues¹
Luziane Nair Lobato dos Santos²*

RESUMO: O artigo aborda a ausência da Cultura Africana e Afro-Brasileira na Escola Estadual Armando de Souza Mendes em Ipixuna-Am, realizado durante um estágio supervisionado II. A pesquisa incluirá entrevistas com um pedagogo da escola, uma professora formada em História e um aluno do terceiro ano do ensino médio, com o devido consentimento dos participantes. O texto destaca a importância da lei que desde 2003, o ensino da história e das culturas afro-brasileiras é obrigatório nas escolas, conforme a Lei nº 10.639/03, que busca resgatar a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira, e a necessidade de garantir o cumprimento da lei nas escolas. Durante o estágio supervisionado II, foi notada a falta de eventos relacionados à cultura africana e afro-brasileira na escola. O artigo será desenvolvido na semana da consciência negra e visa investigar as razões para a não aplicação dessa lei, analisando o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as entrevistas realizadas.

Palavras-chave: Cultura. Afro-Brasileira. Ausência. Negros. Escola.

1. Introdução

O tema escolhido para este artigo é a ausência da Cultura Africana e Afro-Brasileira. Essa escolha surgiu a partir da execução de um projeto realizado na Escola Estadual Armando de Souza Mendes durante o estágio supervisionado, que ocorreu durante a Semana da Consciência Negra. No decorrer do projeto, me chamou bastante a atenção a falta de aplicabilidade de eventos que remetem à cultura africana e afro-brasileira.

Desde 2003, o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira tornou-se obrigatório nas escolas, conforme determina a Lei nº 10.639/03. Essa legislação

¹ Graduanda do curso de licenciatura em história mediado por tecnologia, Núcleo de Ensino Superior de Ipixuna-NESIPIX, Universidade do Estado do Amazonas-UEA. E-mail:elizabeth13674@gmail.com

²Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas -UFAM. E-mail: luziane.historia@gmail.com

estabelece que o conteúdo programático deve incluir o estudo da história da África, dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negro-brasileira e a contribuição dos negros na formação da sociedade nacional.

No entanto, ao longo do desenvolvimento do estágio, percebeu-se uma falta de compromisso em relação aos conteúdos relacionados à temática africana. Diante disso, buscarei investigar a obrigatoriedade dessa lei e o que tem impedido ou facilitado sua implementação na prática escolar.

Para isso, realizarei uma pesquisa com perguntas elaboradas pertinentes à Cultura Afro-Brasileira e iniciarei entrevistas com um pedagogo da escola, uma professora de História e um aluno do terceiro ano do ensino médio. As entrevistas serão realizadas nos dias 21 e 25 de junho de 2024, presencialmente.

Vale ressaltar que todos os participantes das entrevistas me concederam autorização por meio do preenchimento do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), procedimento padrão e obrigatório quando se trata de gravar e documentar entrevistas.

A Escola Estadual Armando de Souza Mendes, onde será realizada a pesquisa, atende os ensinos fundamental e médio e está localizada no município de Ipixuna-Am, atualmente no prédio da Escola Estadual Padre Augusto Hans Bischoff.

Com foco na ausência da Cultura Afro-Brasileira na Escola Estadual Armando de Souza Mendes, este trabalho também abordará o compromisso assumido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em "eliminar" as desigualdades sociais e promover intervenções positivas para o resgate dos direitos humanos básicos da população brasileira. Através da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e das entrevistas com os professores acompanhados durante o estágio, investigarei os fatores que influenciam o cumprimento e a execução da Lei 10.639.

2. A educação afro-brasileira como instrumento de reconstrução.

Sabe-se que a escravidão teve consequências profundas e duradoras para a sociedade, como sistema de opressão e exploração teve um impacto devastador na vida dos africanos escravizados e seus descendentes. Algumas de suas consequências mais

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

evidentes da escravidão foi a desigualdade social e econômica persistentes entre brancos e negros. Durante séculos, os africanos escravizados foram privados de seus direitos básicos, incluindo o acesso à educação e oportunidades de melhoria de vida, principalmente econômicas.

A falta de acesso à educação foi uma das consequências mais significativas da escravidão, os escravizados eram proibidos de aprender a ler e escrever, o que os mantinha em um estado de ignorância e dependência, e essa privação de educação tinha um objetivo que era manter os escravos submissos e impedir sua luta pela igualdade racial. Após a abolição da escravidão, as desigualdades ainda persistiram e prevalece nos dias atuais.

A segregação racial e as políticas discriminatórias negaram acesso à educação de qualidade para os negros, continuando assim a desigualdade de oportunidades. Essa exclusão educacional ainda é sentida até hoje, assim como na qualidade de ensino entre diferentes grupos raciais e étnicos.

De certa forma, falar que todos somos “iguais” é uma ideia estereotipada, muitas pessoas viveram o privilégio branco, uma compreensão que foi construída ao longo do tempo em razão da nossa visão de mundo sobre a sociedade brasileira, o que é fruto de processos históricos que infelizmente não acabaram com a abolição da escravatura.

Por conseguinte, a educação tem sido reconhecida como uma ferramenta forte para combater as desigualdades que são resultados da escravidão. Mas, durante muito tempo a história que a História não conta, as memórias das pessoas descendentes dos escravizados, não possuíram o alcance dos currículos nas escolas.

Em nossa formação na escola, aprendemos uma história muito baseada somente na vitória do colonizador, da ideia de que os portugueses descobriram o Brasil, de que os negros eram somente mão de obra escrava. Na maioria das vezes esquecemos o quanto esse grupo de uma gigantesca resistência foram importantes para a nossa história e isso acaba contribuindo para uma visão discriminatória em relação a essas contribuições e memórias.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Desde 2003 o Ensino da História e Culturas afro-Brasileiras tornou-se obrigatório nas escolas, o conteúdo programático deve incluir o estudo da história da África, dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a Cultura negro brasileira e o negro na formação da sociedade nacional.

De acordo com a Lei nº: 10.639/03 o governo federal sancionou a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio, essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.

Foi a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que o mesmo assumiu o compromisso de “amenizar” as desigualdades sociais e as necessidades de intervir de forma positiva ao resgate de direitos humanos básicos da população brasileira.

O principal objetivo desse ato é permitir que a sociedade negra trilhe um rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os efeitos de séculos de preconceitos, discriminação e racismo, construindo respeito e uma visão mais ampla para vivermos em sociedade.

“A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para os negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e a cultura de seu povo, buscando reparar danos que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história afro brasileiras e africanas não se restringe a população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática”. p. 17 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL e para o Ensino de História e Cultua Afro-Brasileira e Africana.

Nesse contexto, sabemos que trabalhar essa temática na pratica é bem diferente. O professor ao trabalhar esse assunto na escola, ele deve estar bem capacitado, pois mesmo após mais de 20 anos da lei nº 10.639 essa questão ainda é um assunto omitido nas escolas.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Muitos professores padecem por não levarem esse conhecimento sobre a temática da cultura afro-brasileira, suas memórias e vivências, logo, é indiscutível que o professor enfrenta inúmeros desafios no ambiente escolar, e isso pode atrapalhar na abordagem das informações precisas a serem repassadas aos alunos.

Ao mesmo tempo, a sociedade ainda carrega muitos preconceitos em relação a cultura afro-brasileira, no que pode ocasionar uma resistência ou falta de compreensão por parte dos alunos ou até mesmo de funcionários da escola. Em síntese, algumas instituições de ensino não dão o devido suporte ou incentivo para a abordagem da temática afro-brasileira dentro da sala de aula, como aconteceu na Escola Estadual Armando de Souza Mendes.

Imediatamente, vários alunos ainda se recusam e tem dificuldades para lidar com essa questão da discriminação racial e também em relação a história que foi enfrentada pelos povos afrodescendentes. Na maioria das vezes esse diálogo de racismo vem do ambiente familiar, o que acarreta em uma educação desfavorável.

No entanto, vale ressaltar dentro e fora de sala de aula que, os povos africanos contribuíram para a cultura afro-brasileira em vários aspectos, como culinária, dança, música, religião e também no vocabulário. O fato de as escravas africanas terem sido responsáveis pela cozinha dos engenhos, a influência da cultura africana que se destaca na culinária, especialmente na Bahia é bastante forte até os dias atuais.

Já na música, os ritmos que fazem parte da cultura popular brasileira, gêneros de influência africanas como: lundu, bossa-nova, samba e vários outros. Não esquecendo da religião, onde os africanos sempre buscaram manter suas tradições, são exemplos da participação africana, como o candomblé, a umbanda e o catimbó.

Consequentemente, essas são algumas das estratégias para envolver os alunos com atividades e eventos culturais, são diferentes aspectos e formas que o professor pode explorar para que haja uma participação ativa dos alunos para que aos poucos eles possam entender que, essas ações que contribui para a valorização da cultura afro-brasileira é fundamental tanto na soma de conhecimento como na construção de uma sociedade menos racista e preconceituosa.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

Ao destacar essas estratégias, é de suma importância destacar a relevância de discorrer e expor essa temática com o dia da Consciência Negra (20/11), é um dia que pode ser usado para salientar a cultura africana na formação do país, pois isso é interesse de todos, assim como Kabengele Munanga (1998, p. 10) afirma:

“A sociedade brasileira tem razões de sobra para se preocupar com essas questões. Nossa formação nacional tem, como característica peculiar, a convivência e a mescla de diversas etnias e diferenças culturais. Temos, em nossa história, a ignomínia da escravidão de africanos, que tantas marcas deixou em nossa memória e cuja herança é visível, ainda hoje, em uma situação na qual somente se manifestam profundas desigualdades, mas o fazem, em larga medida, segundo linhas raciais – e eu próprio, como sociólogo, dediquei-me a estudar aspectos dessa herança social do regime escravocrata”.

Com certeza temos inúmeras razões para nos preocupar com essa questão, pois inúmeros alunos e escolas ainda se privam da educação africana. Aliás, esse tema deve ser abordado desde as séries iniciais, pois a criança desde cedo nos livros de histórias aprende que o lugar do negro é na cozinha assim como a história da tia Anastácia e do tio Barnabé. São contos que várias crianças cresceram ouvindo tanto em casa como na escola.

Dito isso, é muito relevante levarmos essas informações que somos descendentes de indígenas e povos africanos para que nossas crianças sejam agentes de transformações e também para barrar qualquer tipo de preconceito e discriminação racial, dessa forma, precisamos começar desde a educação infantil.

Exemplos a serem usados para que o professor mediador desse conhecimento de culturas diferentes é sempre pesquisar métodos de práticas pedagógicas, como a árvore genealógica, de quem são os nossos ancestrais, mais livros com personagens de etnias diferentes para que a criança além de conhecer também possa se identificar, pois sabe-se da importância dos povos negros para a criação da América. Segundo Kabengele Munanga:

“A formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a miscigenação em sentido amplo, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito. Esse caldo de cultura muitas vezes gera atritos e conflitos em casa, na rua, no trabalho e na escola”. p. 7

É crucial que as pesquisas se voltem pra desconstrução dessas narrativas eurocêntricas, garantido que a história seja contada de forma justa.

3. Entre linhas e ausências: uma reflexão sobre a cultura afro-brasileira no ensino médio.

Sabe-se que, atualmente ainda existe uma desvalorização sobre a participação dos povos negros no processo de contribuição e reconhecimento para a construção da nação brasileira. Neste sentido, a finalidade da lei é tornar obrigatório o ensino da Cultura Afro Brasileira em toda rede escolar, seja pública ou privada. Visando essa questão, o propósito da pesquisa foi explorar como a lei 10.639/03 e sua temática estão sendo inclusas no currículo escolar ou se não estão sendo trabalhadas na escola Armando de Souza Mendes.

Na atualidade ainda existe uma desvalorização sobre a participação dos povos negros no processo de contribuição e reconhecimento para a construção da nação brasileira. Visando essa questão, o propósito da pesquisa foi explorar como a lei 10.639/03 e sua temática estão sendo inclusas no currículo escolar ou se não estão sendo trabalhadas na escola Armando de Souza Mendes que está localizada no prédio na Escola Estadual Padre Augustinho Hans Bischoff.

O foco principal da pesquisa foi compreender como os docentes da instituição estavam adotando métodos para abordarem essa temática em sala de aula.

Nos estágios supervisionados, percebeu-se que a obrigatoriedade da lei não estava sendo implementada adequadamente no contexto pedagógico, estava sendo repassada de forma superficial, assim como o pedagogo da escola esclareceu sobre os desafios em levar essa temática para o ambiente escolar. O pedagogo da escola destacou os principais desafios enfrentados pela escola e como supera-las, nesse sentido ele afirma que:

“Em relação de como é abordado, já fizemos palestras e projetos sobre esse tema aqui na escola. Já ocorreram alguns projetos simples, simples, mas fazemos. Os projetos são essenciais para que o aluno possa ter uma visão melhor, ne. Infelizmente a escola não tem tantos recursos para trabalharmos de uma forma melhor, mas o que dá para fazer para que eles compreendam, estamos fazendo.” (ENTREVISTADO 1)

O pedagogo que escolheu manter sua identidade no anonimato por questões pessoais, mostrou-se ter uma visão bem ampla da História, e das contribuições dos povos

³ Entrevista concedida no dia 25 de junho de 2024.

africanos e afro-brasileiros. O pedagogo compartilhou do incentivo da implementação da lei em sala de aula, dos conteúdos que deseja que sejam ministrados de uma forma mais abrangente para que essa disciplina tenha um melhor rendimento.

De tal modo, a escola ainda enfrenta um desafio grande na promoção da diversidade cultural, em especial a população afro-brasileira e os demais grupos que contribuíram para a formação de nossa identidade nacional. Tendo em vista que, o Brasil tem uma triste trajetória em relação a discriminação racial, é de suma importância ensinar a ajudar no reconhecimento da história negra, as injustiças que foram desenvolvidas nessa história dolorosa, assim como Cienello (2008, p. 11) afirma:

O racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças e das desigualdades sociais que acometem a sociedade brasileira. As inaceitáveis que ainda separam negros e indígenas da população branca se exprimem nas relações interpessoais diárias e se refletem nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos.

A importância de ensinar, de contar a história da cultura afro-brasileira no ambiente escolar é necessário e indispensável. Todas as escolas da educação básica devem levar essa questão ao corpo docente da instituição para que essa temática seja levada as salas de aulas de uma forma diferenciada, seja de forma dinâmica, explorando as diversas formas de incluir e mostrar a cultura africana no Brasil.

Visto que, essa exploração poderia ser por meio de temas como: a dança, capoeira, culinária, religião e tudo que esteja voltado a essa temática. A professora Nilma Lino Gomes (2019, p. 27), afirma que, “É importante que as escolas criem espaços para o diálogo sobre a diversidade, racismo e inclusão, para que os alunos possam se envolver com este conteúdo de forma significativa”.

Entretanto, essa mudança no plano pedagógico não acontece na maioria das escolas. É necessário que haja esforços para desenvolver uma didática mais dinâmica e diferenciada, visando a história desses povos que foram excluídos de maneira deplorável dos conteúdos da grade escolar por muitos anos.

De forma que, a lei nº 10.639 visa abranger de uma forma maior a disciplina de História, buscando ampliar o acesso a história afro-brasileira aos alunos, buscamos a

participação de um aluno da escola que pudesse compartilhar sua visão e vivência com esse tema. O aluno afirmou o seguinte:

Não tenho muito conhecimento sobre esse assunto porquê só vi algo quando vocês vieram estagiar aqui. Sobre a Lei que tu disse, sei que existe, mas não conheço. Os projetos que me lembro de ter visto aqui, foi o do ano passado, o que vocês estavam organizando aqui na escola, não é abordado isso pra nós na sala, nem em livros nem em nada, só entendi mais ou menos o que era daquele vez porque teve demonstração, teatro, as comidas...O nosso professor de agora não fala dessas coisas, acharia muito bom que tivesse aulas assim, pelo menos uma vez, ou fizesse o projeto porque eu vi e aprendi muita coisa, é um assunto necessário pra termos noção, as outras pessoas que entraram na escola agora, esse ano, deveriam aprender sobre isso, a maioria talvez nem conheça nada sobre isso. Agora se me perguntarem alguma coisa eu sei falar, nem que seja pouca coisa, mas sei, mas antes, nem uma história sobre isso me contaram. A escola deveria ter um professor formado nisso porque é nosso último ano, ano do Enem e cai essas coisas na prova, vamos despreparados, sem saber o simples e não é só de História, de tudo⁴. (ENTREVISTADO 2)

A visão do aluno indica uma ideia superficial das necessidades de abordar as questões raciais no ambiente escolar. A perspectiva e a participação durante a entrevista mostram a posição crítica, e é indiscutível analisar a necessidade de elaborar projetos cabíveis que promovam ações ou até mudanças na rede escolar e no plano pedagógico.

Segundo Freyre (2005, p. 60) “A educação crítica é a chave de transformação social. Quando as pessoas são capazes de ver o mundo de forma crítica, elas estão mais propensas a questionar as desigualdades e injustiças sociais, o que pode levar a ações que promovam a mudança.”

Nesse sentido, a urgência de discorrer e criar estratégias para trabalhar essa temática se tornou uma necessidade, e um instrumento que contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados na luta contra o racismo e a desigualdade social.

Logo, com a lei nº 10.639/03 e a implantação de práticas pedagógicas é fundamental para uma construção de uma sociedade mais justa. Onde é possível ideias

⁴ Entrevista concedida no dia 21 de junho de 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA MEDIADO POR TECNOLOGIA

inovadoras que encaixem a integração da cultura afro-brasileira em outras disciplinas, assim como, geografia, artes e música.

“A educação constitui-se um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo e é papel da escola, de forma democrática e comprometida com a promoção de valores, hábitos e comportamentos que espeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo. (MEC, 2004, p. 7)

Neste sentido, o docente da disciplina de História tem uma visão mais ampla da História do Brasil e das contribuições das populações africanas e afro-brasileiras. Com isso, uma professora que ministrava a disciplina organizou um projeto na Escola Estadual Armando de Souza Mendes onde trabalhou com o tema da Consciência Negra de diversas formas, tanto como teatros, danças, músicas, comidas e poemas.

Todas as turmas do turno vespertino fizeram parte e se empenharam para que ocorresse tudo como o planejado. Uma grande parte dos alunos não sabiam a importância que os negros tiveram na formação da nossa sociedade e de suas contribuições, foi de certa forma uma novidade para muitos o conteúdo que estava sendo transmitido naquele projeto.

Durante o desenvolvimento desse projeto, os acadêmicos de Licenciatura em História fizeram parte da elaboração e execução das atividades, onde ficamos responsável por uma turma para fazer uma apresentação escolhida. De início, eles não tinham conhecimento nenhum o porquê era comemorado o dia da Consciência Negra, o que se tornou preocupante pois era uma turma do 1º ano do ensino médio.

Compreende-se assim que, mesmo com mais de 20 anos da Lei nº 10.639/03 que foi sancionada a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar no ensino fundamental e médio, essa falha na educação básica perpetua para enfrentar maiores dificuldades, diante da lei e desse contexto, a professora afirmou que:

Essa questão da ausência da educação todos os anos é trabalhado essa temática na escola, principalmente o dia da Consciência Negra, é tanto que vocês participaram do projeto. Na verdade, todo ano é trabalhado

em História sobre a Cultura Afro Brasileira. Eu sempre passava e explicava o conteúdo, já essa questão dos projetos raramente, devido as condições da escola, por exemplo, aquele projeto do ano passado, foi simples, mas foi algo muito bom. Mas, todos os anos eu trabalhava em sala, vídeos, documentários ou filmes. Mesmo simples, mas sempre a escola fazia algo no dia da Consciência Negra, era pedido para fazer paródias, teatros ou coisas do tipo. Mas, tu sabes e lembras, que essas coisas, sempre trabalhei, quase sem recurso, mas levava algo⁵.”
(ENTREVISTADO 3)

A coleta de informações forneceu uma visão bem aprofundada e coerente com os conhecimentos que devem ser levados para sala de aula e com os princípios étnico-raciais. Nesse sentido, é importante investir não só na formação dos alunos, na quebra de exclusão e preconceito, mas também na formação continuada dos docentes, com abordagens e conhecimentos sobre a lei, pois a maioria dos professores não sabem como discorrer essa temática, as vezes por não terem conhecimento ou por ainda ser assunto delicado na visão de muitos alunos.

É necessária urgência em criar estratégias para trabalhar essa temática que se tornou uma necessidade e um instrumento que contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados na luta contra o racismo e a desigualdade social. Dessa forma, é indispensável essa continuação e também trabalhar projetos para uma educação mais respeitosa e inclusiva nas escolas.

Assim como prescreve o parágrafo 4, do artigo 26, da LBD (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) “O ensino da história do Brasil considerará as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeia”.

Compreende-se dessa forma que não só a cultura africana é de grande importância, assim como a cultura indígena e a europeia, compreendendo o reconhecimento das suas origens e desses grupos, permitindo a aceitação, a quebra de paradigmas e estereótipos para que essas pessoas tenham orgulho de suas raízes.

⁵ Entrevista concedida no dia 25 de junho de 2024

Ao valorizar essa herança não estamos apenas preservando e recordando o passado, mas construindo um futuro inclusivo e respeitoso para nós.

4. Considerações finais

O presente trabalho buscou apresentar a trajetória do ensino afro-brasileiro e africano no Brasil e os meios que são utilizados para trabalhar a importância da cultura negra nessa disciplina em sala de aula. Apresentou a importância da lei nº 10.639/03 para o ensino da cultura afro-brasileira no município de Ipixuna-Am.

A cultura afro-brasileira e africana é uma fonte de riqueza cultural que passou por várias mudanças, e, no entanto, a ausência dessa temática nas escolas é uma questão crítica que perpetua até hoje mantendo a invisibilidade, a desinformação e as contribuições de uma parte fundamental da história da identidade do nosso país.

Essas falhas em nossa rede educacional em incluir essa rica contribuição, nega aos alunos um acesso de uma vasta oportunidade de formar cidadãos conscientes em relação a diversidades, estereótipos e ao preconceito racial. A educação é uma ferramenta poderosa, onde pode nos proporcionar ter um entendimento mais profundo as raízes históricas que moldaram o Brasil.

Trabalhar e valorizar essa herança de forma contínua no ambiente escolar não é apenas uma questão de justiça, mas também uma necessidade de construir um futuro igualitário. Assim como foi trabalhado na Escola Estadual Armando de Souza Mendes, um projeto que abordava a cultura afro-brasileira e africana, um simples projeto onde incluiu conhecer as influências africanas na música, dança, culinária, religião e outras expressões que eram desconhecidas do cotidiano brasileiro

Os alunos tiveram oportunidade de aprender de uma forma mais lúdica, de quebrar visões distorcidas que tem dos povos afrodescendentes. Através de novos métodos levados para a escola foi possível um novo conceito da cultura afro-brasileira. Com isso, foi essencial a colaboração de toda escola, professores, alunos, pedagogos para que os alunos pudessem compreender que podem ser utilizadas novas técnicas no ensino de história para torna-los mais atraentes aos alunos. Não somente fatos e decoração, um conteúdo que não se torna atrativo, sem associação nenhuma com o ensino crítico.

Sabemos que trabalhar essa temática na prática é bem diferente. O professor ao trabalhar esse assunto na escola, ele deve estar bem capacitado, pois mesmo após mais de 20 anos da lei nº 10.639 essa questão ainda é um assunto omitido nas escolas. Muitos professores padecem por não levarem esse conhecimento sobre a temática da cultura afro-brasileira, suas memórias e vivências, e logo, é indiscutível que o professor enfrenta inúmeros desafios no ambiente escolar, e isso pode atrapalhar na abordagem das informações precisas a serem repassadas aos alunos.

Com a referente pesquisa foi perceptível que a escola que foi trabalhada, não tem muitos recursos para desenvolver projetos mais elaborados. Mas, mostrou que é plenamente possível o uso de novos métodos, de novas formas de abordagens no ensino de história que tem se tornado urgente na valorização da cultura afro.

Logo, é essencial que seja elaborado e levado essa nova metodologia para que a escola e os professores possam abordar e transmitir mais conhecimento para seus alunos que padecem por não terem acesso a essa rica fonte de conhecimento na nossa sociedade. A criação de projetos mesmo que simples é crucial. Projetos e eventos culturais que transmitam aprendizado, seja em forma de teatro, filmes, danças e demais técnicas.

Por fim, apesar das dificuldades encontradas na inserção da lei nº 10.639/03 a Escola Estadual Armando de Souza Mendes e os professores que nela atuam tem buscado novas formas de trabalhar e incluir essa temática tanto no meio escolar como social. Assim como foi possível prestigiar e participar do projeto que tinha como tema a cultura afro-brasileira.

5. Fontes

Na elaboração deste relato de experiência, utilizei duas fontes que foram fundamentais: a pesquisa qualitativa, com o uso de entrevistas e o referencial bibliográfico. A pesquisa qualitativa permitiu compreensão profunda das experiências dos participantes, ouvindo professores e alunos sobre a ausência da cultura afro-brasileira na Escola Estadual Armando de Souza Mendes

Durante esse percurso foram realizadas entrevistas com um aluno do terceiro ano do ensino médio, um pedagogo formado pela universidade do estado do amazonas- UEA

e uma professora formada em História pela Unopar no município de Cruzeiro do Sul que atualmente ministra a disciplina de História. Os participantes foram entrevistados nos dias 01 e 21 de julho de 2024. Para manter a segurança de suas identidades, foram utilizados pseudônimos para representa-los.

6. Referências

BRASIL. Ministério da Educação/Secad. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica.** 2004.

CIENELLO, Luiza Helena de Aguiar. **Racismo e educação: uma perspectiva crítica.** São Paulo: Editora Cortez, 2008. P. 11.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 46ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por Emancipação.** Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **A discriminação racial nos livros didáticos. Educação e discriminação dos negros.** Belo horizonte: mec/fae/irhjp,1998, p.91-96. Superando o Racismo na escola. 2º edição revisada.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A lei 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: Educação anti-racista. Caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03.** Coleção educação para todos. SECAD/MEC. Distrito Federal: Edição MEC, 2005.

Recebido em: 04/11/2024

Aprovado em: 21/11/2024